

TRABALHO NA AGRO-INDÚSTRIA E REPRODUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO EM MOÇAMBIQUE

CONTRADIÇÕES NO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO ACTUAL¹

Rosimina Ali e Sara Stevano

INTRODUÇÃO²

A criação de emprego tem sido enfatizada nas políticas públicas em Moçambique (Governo de Moçambique (GdM), 2015, 2020; Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique (MITESS), 2016). O actual *Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020–2024* prevê a criação de cerca de três milhões de novos postos de trabalho até 2024. Contudo, existe uma contradição entre a criação de emprego e a qualidade do emprego nas estruturas produtivas prevalentes em Moçambique. A estrutura extractiva da economia (Castel-Branco, 2014) perpetua a dependência dos produtos primários para exportação (minerais-energia e agro-industriais), com um mínimo ou nenhum processamento e com fracas ligações na economia. A estrutura económica não conseguiu gerar trabalho estável e regular, rendimentos e condições de trabalho dignas, nem assegurar o fornecimento público de bens e serviços básicos para a maioria da população.

Seguindo uma abordagem de economia política informada por uma perspectiva de reprodução social, este texto olha para a organização do trabalho na agro-indústria moçambicana e para as suas tensões e intersecções além da esfera produtiva, sob o regime contemporâneo de acumulação de capital. Uma abordagem de reprodução social ilumina a constituição mútua e a tensão entre a produção e a reprodução, onde esta última reflecte práticas que são necessárias para a reprodução da vida e das relações capitalistas (Katz, 2001). Esta abordagem permite-nos compreender a organização do trabalho assalariado e ver as suas interconexões com múltiplas

¹ Este artigo é baseado na versão em inglês publicada pelas autoras na *Review of African Political Economy*, que se cita: Rosimina Ali & Sara Stevano (2021). Work in agro-industry and the social reproduction of labour in Mozambique: contradictions in the current accumulation system. *Review of African Political Economy*. DOI: 10.1080/03056244.2022.1990624, <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03056244.2022.1990624>

² Agradecemos pelo tempo que os entrevistados em Moçambique, os trabalhadores em particular, nos dedicaram.

formas de trabalho e a forma como estes padrões se inserem na vida dos trabalhadores. Baseamo-nos numa triangulação de dados qualitativos e quantitativos. A análise baseia-se em evidências primárias originais recolhidas na agro-indústria de processamento de caju e plantação florestal com trabalhadores e famílias em duas províncias de Moçambique: em Gaza, de 2018 a 2019, e no Niassa, de 2014 a 2016. Estas evidências são complementadas com dados secundários dos inquéritos oficiais, nomeadamente o *Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) de 2014/2015* e o *Censo da População e Habitação de 2007 e 2017* (daqui em diante designado por Censo).

Dois limitantes principais que é relevante abordar estão subjacentes ao foco na criação de emprego e caracterizam o entendimento dominante dos mercados de trabalho em Moçambique. Primeiro, as visões dualistas do trabalho e dos mercados de trabalho, baseadas na manutenção de divisões produtivas/não produtivas, remuneradas/não remuneradas, formais/informais, escondem a natureza interligada do trabalho no sistema social de acumulação em Moçambique. Segundo, e reforçado pelos dualismos acima mencionados, a forma como o emprego se inter-relaciona com as dinâmicas de reprodução social continua a ser um aspecto negligenciado na análise e nas políticas públicas. No entanto, estas interdependências são centrais num contexto de preeminência do emprego casual com baixos salários, da elevada rotatividade da força de trabalho e do fornecimento deficiente de serviços públicos, dos quais a agro-indústria rural e periurbana constitui um exemplo relevante. Esta conceptualização deficiente obscurece a realidade do trabalho para a maioria dos trabalhadores e conduz a políticas mal orientadas.

Argumenta-se que o tipo de emprego criado na agro-indústria reflecte o modo predominante de organização da produção, no qual a capacidade do sector privado de gerar lucros se baseia no seu acesso à mão-de-obra barata e descartável. As modalidades de trabalho informal, irregular e inseguro são uma condição necessária do capitalismo contemporâneo para aqueles que estão na origem dos circuitos globais de produção. Os trabalhadores e as suas famílias continuam a ser responsáveis pela sua própria reprodução social, conseguida através de uma diversidade de trabalhos interdependentes, remunerados e não remunerados. O bem-estar não se limita a ter um emprego e um salário; de facto, os meios de subsistência, os modos de vida e o bem-estar podem ser ameaçados por ter um salário baixo e/ou por ter de fazer múltiplos trabalhos precários. A menos que as inter-relações co-constitutivas entre a produção e a reprodução sejam compreendidas e tratadas, a fragmentação dos meios de subsistência intensificará a crise da reprodução social.

Este artigo está organizado em cinco secções. A secção seguinte, “Trabalho, acumulação, (re)produção social e suas contradições”, analisa a relação entre trabalho, acumulação e (re) produção social. A terceira secção, “Mercados de trabalho na economia de Moçambique: além do dualismo, dicotomias e invisibilidade do trabalho”, explora a dinâmica dos

mercados de trabalho, as lacunas e os desafios metodológicos existentes. A quarta secção, “Organização e condições sociais do trabalho na agro-indústria em Moçambique”, analisa a organização do trabalho e a qualidade do emprego na agro-indústria, assim como as suas ligações interdependentes com o trabalho (re)produtivo, e coloca algumas questões para a transformação socioeconómica em Moçambique. A última secção apresenta as conclusões.

TRABALHO, ACUMULAÇÃO, (RE)PRODUÇÃO SOCIAL E SUAS CONTRADIÇÕES

Historicamente, a força de trabalho tem sido estruturalmente integrada no sistema social de acumulação, como evidenciado em toda a África Austral (Bernstein, 2010; O’Laughlin, 1981). Embora tratados como duas esferas separadas, «quando vistos, portanto, como um todo ligado e no constante fluxo da sua incessante renovação, cada processo social de produção é ao mesmo tempo um processo de reprodução» (Marx, 1976, p. 711). No entanto, o conceito marxista de reprodução social foi alargado pelas feministas de modo a reflectir a reprodução da vida humana (Laslett & Brenner, 1989). A utilização de uma perspectiva de reprodução social marxista-feminista permite-nos compreender as relações sociais através das quais a vida e a força de trabalho são reproduzidas e as suas interconexões e intersecções dentro do sistema global de acumulação. A interdependência entre as esferas produtiva e reprodutiva está exposta no trabalho mal remunerado que constitui a própria base da extracção da mais-valia ou a fonte de dominância, na origem das cadeias de valor globais. Como Cousins *et al.* (2018) afirmam, à luz de uma extensa literatura sobre o desenvolvimento pós-colonial na África Austral, as tensões entre a reprodução social e a acumulação têm sido observadas há muito tempo na África Austral.

Uma contradição fundamental, tal como foi salientado por Fraser (2017) e ainda articulado por Rao (2021) no Sul global, é que embora a reprodução social seja necessária para a acumulação de capital, o capitalismo pressiona e desestabiliza a reprodução social ao desvalorizá-la. Além disso, os padrões de relações de exploração são classificados, organizados por género e racializados de formas que reflectem relações coloniais (Stevano, Ali, & Jamieson, 2020). Num modo de produção capitalista, os trabalhadores são alienados; isto é explicado por Marx nos seus *Manuscritos económicos e filosóficos* de 1844 como perdendo o controlo sobre os processos de produção e trabalho, a sua autonomia e o produto do seu trabalho, que é apropriado pelo capital, através do poder exercido no processo de acumulação (Elster, 1986). Estes padrões são válidos para a maioria dos trabalhadores diferenciados na África Austral, que ilustraremos utilizando o exemplo de Moçambique.

A estrutura económica extractiva de Moçambique (Castel-Branco, 2014) não conseguiu criar emprego de qualidade para a maioria. O padrão de crescimento reproduz a dependência dos

recursos naturais virados para a exportação e dos produtos agrícolas, com fracas ligações produtivas e no contexto de mercados de trabalho fragmentados. A economia do País foi considerada uma história de sucesso no meio de elevadas taxas de crescimento económico, com uma média anual de cerca de 8% na última década e meia, à excepção dos últimos cinco anos, quando foi reduzida para metade (com a taxa anual mais baixa - cerca de 2% - em 2019) (Castel-Branco, 2017; Instituto Nacional de Estatística (INE), 2020a). Esta estrutura foi sustentada pela concentração da produção e do investimento privado no núcleo extractivo da economia e nas infra-estruturas e serviços associados. A natureza extractiva da economia absorve cerca de 95% do investimento privado total e é marcada pela especialização das exportações numa gama limitada de produtos primários do núcleo extractivo: cerca de 64% em recursos minerais e energéticos (alumínio, electricidade, carvão, gás e areias pesadas), cerca de 15% em produtos agro-industriais (tabaco, açúcar, madeira, algodão, caju e banana) e cerca de 21% em vários outros produtos (especialmente camarão) (Castel-Branco, 2017).

Apesar do alto crescimento económico, os níveis de pobreza permaneceram elevados, sendo mais de metade da população considerada pobre. Estimativas recentes revelam que o custo de um cabaz alimentar básico pode ter aumentado entre 55% e 70%, de 2014 a 2016, o que se reflecte numa taxa de pobreza nacional de 55%-60% - representando um aumento notável de 46%, estimado pelo IOF 2014/2015 (INE, 2016; Mambo *et al.*, 2018). Além disso, a desigualdade no consumo aumentou (o coeficiente de Gini aumentou de 0,42, no IOF 2008/09, para 0,47, no IOF 2014/15) (INE, 2016). O fornecimento público de bens e serviços básicos é limitado num contexto de mercantilização de serviços públicos, expropriação de recursos e da força de trabalho, uma base fiscal limitada com isenções fiscais concedidas a megaprojectos e várias vagas de expropriação do Estado em diferentes períodos da sua história através de privatização e dívida pública (Castel-Branco, 2017). Além destes aspectos, a dependência do País da exportação de produtos primários e da importação de bens e serviços básicos, bem como a sua vulnerabilidade a crises externas ou à flutuação de preços nos produtos primários internacionalmente, têm um impacto no investimento, no rendimento, na inflação de bens e serviços básicos e nas taxas de juro.

As zonas rurais da economia de Moçambique constituíram uma base forte de acumulação de capital e a força de trabalho foi organicamente integrada no processo de acumulação (Castel-Branco, 1994; O'Laughlin, 1981; Wuyts, 1978). Na era colonial, o sistema de acumulação de capital baseava-se na expropriação da força de trabalho e na extracção de mais-valia, através do trabalho forçado e da imposição de impostos (O'Laughlin, 1981). O Sul de Moçambique era uma reserva de mão-de-obra barata para as minas da África do Sul, enquanto nas regiões do Centro e do Norte, a força de trabalho barata do campesinato era integrada na economia de plantação e como produtora de mercadorias, respectivamente (*ibid.*). A obtenção de mais-valia através de mão-de-obra barata e disponível só era possível através da manutenção de um

campesinato baseado na terra que, ao mesmo tempo, se dedicava ao trabalho assalariado e produzia alimentos para consumo próprio e para o mercado. O’Laughlin (2002) explica que, desde meados dos anos 80, não tem havido separação entre a produção agrícola familiar e o trabalho assalariado (localmente ou através da migração): em contrapartida, os membros das famílias rurais combinam a produção de alimentos com várias fontes de rendimento. Existem muitas outras formas de organização do trabalho, mas há muito poucos camponeses que vivem exclusivamente da produção agrícola.

Não obstante, a interdependência entre várias formas de trabalho tem sido negligenciada desde o período colonial, devido à persistência de um preconceito ideológico baseado num método dualista de análise da natureza da economia e dos mercados de trabalho (GdM, 2020; O’Laughlin, 2017; World Bank, 2019). Este dualismo dominante baseia-se na ideia de que a economia está separada em dois sectores - um considerado capitalista/moderno e o outro pré-capitalista/tradicional - e divide o trabalho em dicotomias, tais como o trabalho formal/informal, remunerado/não remunerado, trabalho assalariado/trabalho por conta própria (Ali, 2017; INE, 2019; MITESS, 2016; O’Laughlin, 1996; World Bank, 2012). Assim sendo, persiste a ideia de que o trabalho assalariado pertence à esfera capitalista e o trabalho doméstico/familiar não remunerado (por exemplo, a agricultura camponesa) pertence ao sector tradicional. Esta perspectiva ignora importantes formas “informais” de subordinação do trabalho ao capital, tais como o trabalho não remunerado e a interdependência estrutural entre as esferas “formal” e “informal”. Este dualismo é evidenciado no plano quinquenal do Governo actual e do anterior e na política de emprego (GdM, 2020, 2015; MITESS, 2016), que enfatiza a criação de novos postos de trabalho, mas não aborda os mecanismos através dos quais se pode gerar emprego de qualidade. Por exemplo, algumas medidas prioritárias no pilar “criação de novos postos de trabalho” da política de emprego referem que

...pretende-se estimular o apoio à economia informal, facilitando a sua transformação em economia formal, promovendo, assim, mais empregos dignos e estáveis” e “facilitar a passagem de trabalhadores do sector informal para o formal... por exemplo, facilitando maior acesso ao financiamento para a agricultura e a pecuária. (MITESS, 2016, p. 26).

Este dualismo também se reflecte nos inquéritos e dados estatísticos oficiais sobre os mercados de trabalho, como será discutido a seguir.

MERCADOS DE TRABALHO NA ECONOMIA DE MOÇAMBIQUE ALÉM DO DUALISMO, DICOTOMIAS E INVISIBILIDADE DO TRABALHO

A recolha de dados e a análise *mainstream* dos mercados de trabalho em Moçambique são dominadas por lacunas metodológicas, limitando a compreensão, a concepção e a efectividade

das políticas públicas (Ali, 2017; Cramer, Oya & Sender, 2008). Uma visão dualista está subjacente aos inquéritos oficiais e políticas públicas, como é o caso da política de emprego (MITESS, 2016). Tal como explicado anteriormente, esta abordagem agrupa formas heterogéneas de trabalho em dicotomias, tais como trabalho formal/informal, remunerado/não remunerado, trabalho assalariado/trabalho por conta própria. As interligações são ignoradas, por exemplo, excluindo o trabalho não remunerado e negligenciando as formas casuais de trabalho assalariado.

Por outro lado, até à data, foi realizado em Moçambique apenas um inquérito focado na força de trabalho, o *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB) 2004/2005*. As estatísticas oficiais sobre mercados de trabalho são recolhidas através de pequenos módulos sobre emprego que não captam informação sobre: (i) a diversidade de formas de recrutamento e trabalho, (ii) o leque de ocupações (principalmente nas zonas rurais) e a sua dependência do trabalho assalariado e vice-versa, ou (iii) as condições de desemprego ou mobilidade ocupacional das pessoas (Ali, 2017; Cramer, Oya & Sender, 2008). Apesar destas lacunas, é possível colocar algumas questões para uma discussão sobre os mercados de trabalho em Moçambique.

A demografia é enviesada em direcção aos jovens, com metade da população com idade igual ou inferior aos 17 anos e uma esperança média de vida de 54 anos. A população total aumentou cerca de 35% durante o período de 10 anos, 2007–2017, e em 2017, era de cerca de 28 milhões de habitantes (INE, 2009, 2019). Metade da população do país está em idade activa e três- quintos dela é classificada como população economicamente activa (PEA), da qual cerca de metade não tem qualquer tipo de escolarização (INE, 2019).

A maioria da população (quase dois terços) vive nas zonas rurais; cerca de dois terços do total da PEA é classificada até ao *Censo de 2017* como empregada na agricultura e quase a mesma proporção de pessoas classificou a sua actividade principal como “camponesa”. Isto é ilustrado na Tabela 1, que também mostra que, nos últimos 10 anos, a maioria da PEA continuou envolvida na actividade agrícola (apesar de uma ligeira redução), seguida pelo envolvimento no sector terciário (que permanece estático), enquanto a proporção total da PEA na indústria registou uma redução.

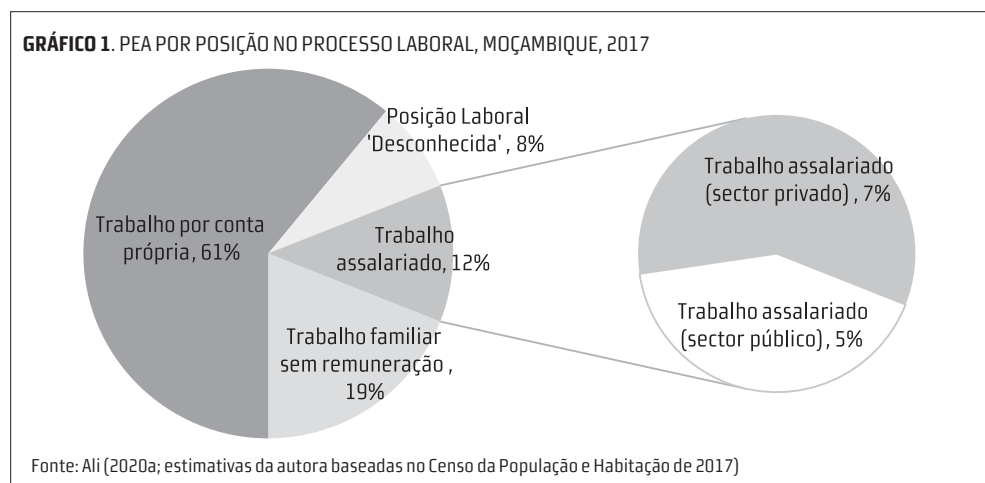
TABELA 1. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA (PEA) POR SECTOR DE ACTIVIDADE EM MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017 (%)

	2007	2017
Sector primário	76	67
Sector secundário	6	5
Sector terciário	13	13
Outros serviços	5	7
Actividades desconhecidas	0	9

Fonte: Estimativas das autoras baseadas no Censo da População e Habitação de 2007 e 2017 (INE 2009, 2019)

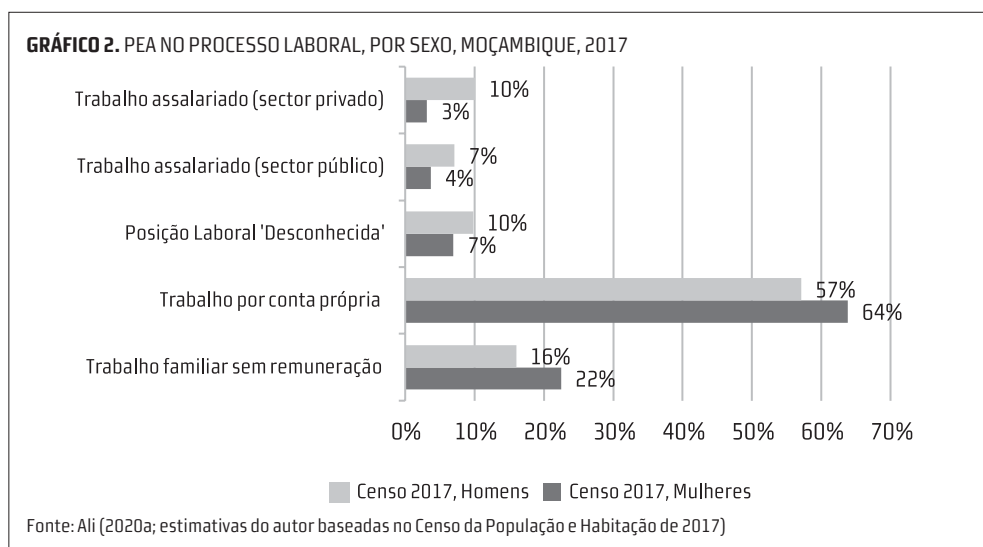
No entanto, os questionários do Censo centram-se na actividade/ocupação principal durante a semana de referência (ou seja, os últimos sete dias) e a existência de categorias exclusivas e a falta de categorias de resposta múltipla fazem com que se negligencie e subestime os padrões de trabalho assalariado, principalmente em formas casuais e informais, particularmente na agricultura (Ali, 2017). Além disso, 9% da PEA é reportada como “desconhecida” uma categoria superior aos 5% da PEA no sector industrial, o que limita claramente uma análise ampla das estruturas do mercado de trabalho. Por exemplo, poder-se-ia perguntar se a categoria “desconhecida” inclui trabalho assalariado informal ou eventual, em múltiplos locais de trabalho físicos ou mediados digitalmente (que é um padrão de trabalho emergente, mas ainda não recolhido pelas estatísticas laborais oficiais).

O *Censo de 2017* mostra ainda que a maioria da PEA está envolvida em actividades informais (cerca de 88%) e que apenas 12% da PEA tem trabalho assalariado “formal” (Gráfico 1). No entanto, as lacunas metodológicas e os preconceitos analíticos tendem a confinar o trabalho assalariado a modalidades formais, descurando as formas informais/temporárias de trabalho assalariado (por exemplo, trabalhadores assalariados agrícolas e domésticos) (Ali, 2020a). Negligenciam ainda as inter-relações entre ocupações (trabalho assalariado/não assalariado/conta própria), que historicamente têm sido diversificadas/interdependentes, uma vez que os trabalhadores tiveram de se envolver em múltiplas ocupações para ganhar o seu sustento (Ali & Stevano, 2019; O’Laughlin, 1981).



Uma análise desagregada por género baseada no *Censo de 2017* (Gráfico 2) revela que há menos mulheres no trabalho assalariado em comparação aos homens, mas mais mulheres são classificadas como “trabalhadores por conta própria” e “trabalhadores domésticos não remunerados”. No entanto, a investigação que utiliza abordagens conceituais e metodológicas

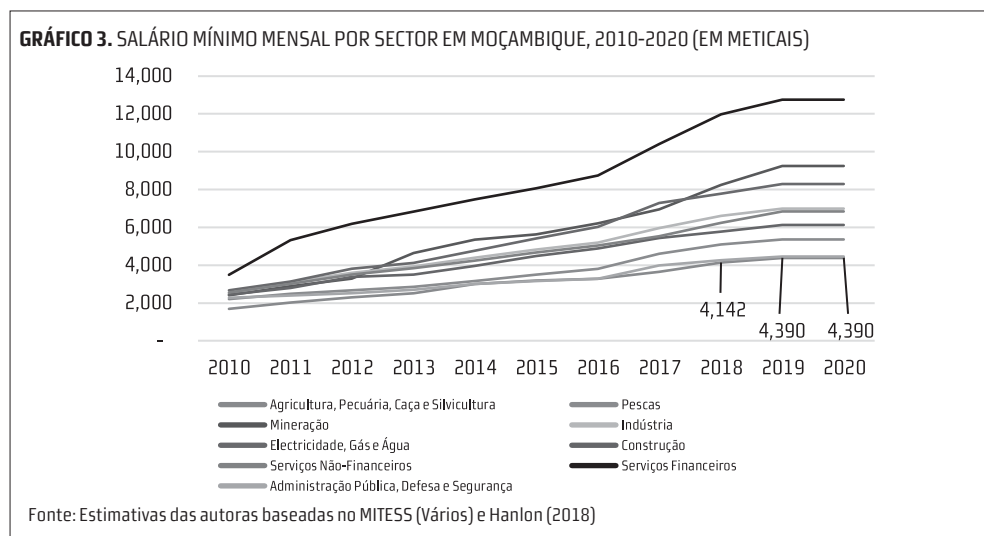
equipadas para captar formas irregulares, informais e múltiplas de trabalho documentou uma complexidade do emprego das mulheres em Moçambique que é obscurecida por estas estatísticas (Cramer, Oya, & Sender, 2008; Oya & Sender, 2009; Stevano, 2019, 2021). Daqui emergem pelo menos duas conclusões fundamentais. Primeiro, os mercados de trabalho rurais não só existem como são heterogêneos e particularmente importantes para os mais pobres, que frequentemente incluem mulheres divorciadas, separadas ou viúvas e, por conseguinte, carecem de apoio financeiro através das suas famílias (Cramer, Oya & Sender, 2008; Oya & Sender, 2009; Stevano, 2019). Em segundo lugar, as mulheres dedicam-se a uma multiplicidade de ocupações, muitas vezes além da agricultura, que estão integradas em processos de diversificação dos meios e modos de vida que são tendenciosos nas relações de género (Stevano, 2021). É importante notar que estes estudos fornecem conhecimentos sobre abordagens metodológicas que podem captar uma imagem mais realista da situação de emprego em Moçambique, através do recurso a métodos mistos, em particular, combinando inquéritos com períodos de referência mais longos e entrevistas qualitativas que podem revelar dimensões longitudinais das trajectórias de trabalho e de restrições no uso do tempo.



A estrutura dos salários mínimos mensais revela uma imagem conflituosa em termos da alocação legislativa, como se pode ver no Gráfico 3. Ao longo da última década, foram atribuídos à agricultura e pescas - as actividades que, de acordo com o *Censo de 2017*, constituem a maior parte da PEA (cerca de 70%) - os salários mínimos mensais mais baixos, juntamente com a administração pública, defesa e segurança. Aos serviços financeiros, mineração e electricidade, gás e água foram atribuídos os salários mínimos mensais mais elevados (MITESS, Vários; Hanlon, 2018). Além disso, os sectores com o salário mínimo mais baixo registaram um

menor crescimento salarial em comparação com aqueles aos quais foram atribuídos os salários mínimos mais elevados.

Os salários reais estimados com base na inflação alimentar baixaram drasticamente em 2015 e 2016, em que os preços dos alimentos aumentaram 18% e 36%, respectivamente (Muianga *et al.*, 2018). É de salientar que, em 2020, as negociações sobre os salários mínimos foram suspensas no meio da pandemia da covid-19. Existem algumas tensões no que diz respeito à categorização das actividades e respectiva alocação em termos de salários mínimos. É o caso da classificação da agro-indústria face à indústria transformadora, que é objecto de contestação. As indústrias de processamento do caju não são consideradas como fazendo parte do sector transformador e, como tal, o salário mínimo sectorial é mais próximo do salário mínimo na agricultura do que na indústria.



As lacunas metodológicas na recolha de dados do mercado de trabalho limitam a análise mais ampla do trabalho, conduzindo a políticas públicas mal orientadas. Por exemplo, os que não possuem emprego formal nas zonas rurais tendem a ser classificados como “camponeses”/ empregados na agricultura de “subsistência”, ignorando o envolvimento destes trabalhadores no emprego eventual/informal (Ali, 2020a). Além disso, a heterogeneidade do(s) trabalho(s) é negligenciada; um exemplo é o tratamento da força de trabalho nas zonas rurais como se fosse homogênea, como se estivesse meramente dependente de uma enxada, apesar da crescente evidência de trabalho não-agrícola, mesmo para os que têm acesso à terra (O’Laughlin, 2002). Como tal, os trabalhadores heterogêneos que são “camponeses” no considerado “sector tradicional” e simultaneamente “trabalhadores assalariados” no considerado “sector capitalista” estão invisíveis (Ali, 2020b). Uma perspectiva de reprodução social ilumina o entendimento das realidades do trabalho, desconstruindo estas lacunas e melhorando a qualidade dos dados

do mercado de trabalho. É necessária uma combinação de estatísticas oficiais melhoradas do mercado de trabalho e estudos de caso, informados por tal perspectiva de trabalho mais ampla, para desenhar políticas que possam abordar os problemas criados pelo emprego de baixa qualidade. Por exemplo, são muito necessárias políticas destinadas a melhorar os salários e as condições de trabalho, bem como a reforçar a provisão de serviços públicos de educação, cuidados de saúde, assistência social e infantil e infra-estruturas. Contudo, este é apenas um primeiro passo, se necessário, para uma mudança radical no sentido de uma política que valoriza a reprodução social e promove uma redistribuição do poder do capital para o trabalho. A natureza periférica da economia moçambicana condiciona consideravelmente o espaço político disponível para o Governo nacional, especialmente no contexto da emergência de classes capitalistas domésticas cujos interesses estão profundamente enredados com o fluxo do capital estrangeiro (Castel-Branco, 2014), tornado fortemente visível pela incapacidade de proteger a subsistência dos trabalhadores “essenciais” durante a pandemia da covid-19 (Stevano, Ali, & Jamieson, 2020). A mudança política dentro do País precisa de ser acompanhada por transformações significativas na governação global.

ORGANIZAÇÃO E CONDIÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO NA AGRO-INDÚSTRIA EM MOÇAMBIQUE

O desenvolvimento da agro-indústria e a concentração na produção de produtos primários para exportação, através do acesso e controlo de grandes quantidades de recursos (terra e água) a baixo custo, e acesso a força de trabalho barata são aspectos centrais das estruturas produtivas agro-industriais predominantes. O tipo de emprego na agro-indústria reflecte as estruturas produtivas e é marcado por condições sociais fragmentadas de trabalho e dos modos de vida, como será demonstrado nesta secção.

O caju é uma das seis indústrias - juntamente com a madeira, tabaco, açúcar, farinha e camarão - responsável por um terço das exportações moçambicanas; as exportações destas indústrias aumentaram 1205% entre 1995 e 2011 (Sutton, 2014). Estima-se que o sector emprega cerca de 13 000 trabalhadores, 65% dos quais são mulheres (MozaCajú, 2017). As fábricas estão localizadas principalmente em zonas rurais e periurbanas. Com investimentos em grandes indústrias de capital intensivo no final do período colonial, Moçambique obteve o estatuto de primeiro produtor, processador e exportador de caju do mundo nos anos 60 (Leite, 1999). Pouco tempo depois da independência, o Governo socialista identificou o sector do caju como essencial para a economia moçambicana e subsidiou a indústria transformadora, introduzindo uma proibição da exportação de caju em bruto em 1978 (Cramer, 1999). Durante a guerra civil, nos anos 90, a produção de caju, quase inteiramente nas mãos de pequenos produtores, diminuiu substancialmente e o sector foi liberalizado. A proibição de exportação foi substituída

por uma taxa de exportação, que foi gradualmente reduzida nos anos 90, enquanto a Incaju - a instituição governamental responsável pelo sector do caju - e as fábricas de processamento foram privatizadas (McMillan, Rodrik, & Welch, 2002). Estas reformas foram objecto de intenso escrutínio e debate, uma vez que conduziram a um modesto aumento dos preços dos produtores, mas também ao colapso total da indústria transformadora (Aksoy & Yagci, 2012). Assim, o sector entrou numa fase de “reabilitação”. Os protestos organizados pelo sindicato sectorial, SINTIC, em 1999, levaram a um aumento da taxa de exportação e à introdução de uma proibição de exportação sazonal, em 2003. Entretanto, novas fábricas começaram a surgir no início dos anos 2000. Esta nova geração de fábricas é muito diferente da antiga: estas são de mão-de-obra intensiva, localizadas na proximidade de zonas de produção e operam dentro de uma cadeia de valor global do caju radicalmente transformada, que é dominada por novos actores, como o Vietname e a Índia (Mishra & Martin, 2017). Não obstante, no início de 2021, o maior processador de caju e empregador do sector, a OLAM, empregando cerca de 3000 trabalhadores, retirou as suas actividades de Moçambique, com um impacto significativo nos trabalhadores do sector (*Carta de Moçambique*, 2021).

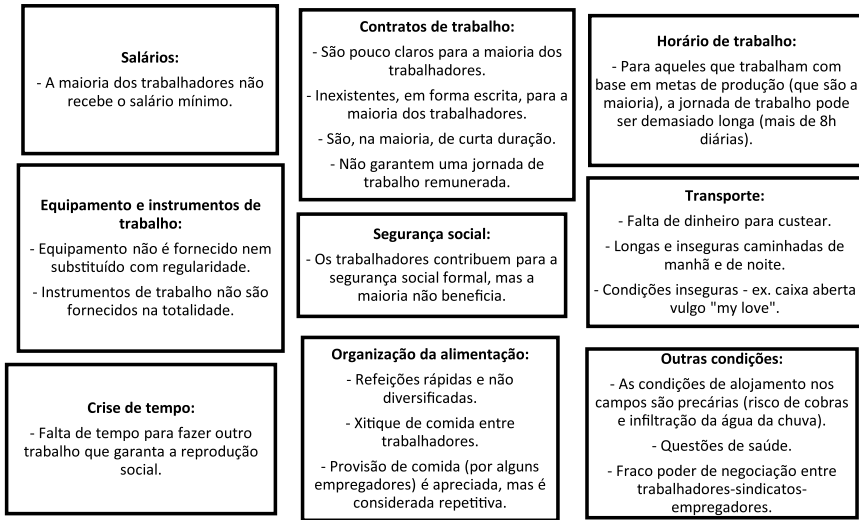
As plantações florestais têm sido incentivadas pelo Governo, mas têm enfrentado diferentes dinâmicas ao longo da história. No período colonial e pós-independência, o Estado manteve a plantação de florestas com o intuito de reduzir a pressão sobre a floresta nativa. No início dos anos 90, algumas das unidades produtivas foram privatizadas, o que levou a um declínio na actividade de plantação (MINAG, 2015). A partir de meados dos anos 2000, foram estabelecidas plantações florestais em grande escala de espécies exóticas/de crescimento rápido (eucalipto e pinho), particularmente nas regiões Centro e Norte de Moçambique, para a exportação de madeira e seus derivados. A criação de emprego foi uma das promessas feitas para justificar a expropriação de terras. As ligações a montante são limitadas, à excepção dos salários, e as ligações a jusante existentes (por exemplo, através da subcontratação de empresas para preparar a terra, corte de árvores e plantação) também são restritas e não estão bem estabelecidas. Em 2012–2013, quase metade das florestas plantadas foram concentradas na província do Niassa, facilitadas pela Fundação Malonda (MINAG, 2015). Além disso, a partir de 2014, as empresas florestais entraram numa fase de crise devido a dificuldades financeiras, às limitadas perspectivas de expansão e à incerteza quanto à instalação de uma fábrica para produzir polpa de papel. Num esforço que visava reduzir os custos com a força de trabalho, as empresas reduziram consideravelmente o recrutamento de trabalhadores, baixaram as condições de trabalho, voltaram-se para a terceirização ou subcontratação de serviços e despediram trabalhadores. Mais de metade das empresas florestais do Niassa desapareceram. Actualmente, operam no País cerca de meia dúzia de empresas florestais de grande escala. A Green Resources e a Portucel possuem a maior concessão de terras, embora as plantações cubram apenas uma pequena parte da área de concessão (Ali, 2020b).

A nossa análise do trabalho na indústria de processamento de caju e nas plantações florestais baseia-se em evidências primárias recolhidas entre 2014 e 2019. A recolha de dados na indústria do caju implicou três grupos focais exploratórios com trabalhadores, 30 entrevistas individuais semi-estruturadas com trabalhadores, observação da organização da produção na fábrica e uma dúzia de entrevistas com outros intervenientes, incluindo gestores, sindicatos e funcionários públicos. Nas plantações florestais, foram recolhidos dados ao nível distrital e provincial através de cerca de 80 entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores, duas dúzias de entrevistas com as suas famílias, observações sobre a organização dos processos de produção e dinâmicas locais e mais de duas dúzias de entrevistas com intervenientes-chave, incluindo sindicatos, Governo, gestores das empresas florestais, empresas/agentes individuais subcontratados pelas empresas florestais, líderes comunitários e organizações (inter)nacionais de camponeses/terras.

SISTEMA DE TRABALHO E CONDIÇÕES DE EMPREGO

Não obstante as diferenças claramente existentes em termos de produto e de actividade nas fábricas de processamento de caju e nas plantações florestais, existem alguns pontos comuns relevantes na organização do trabalho, sistemas de remuneração e condições de trabalho. Ambos os subsectores organizam a produção e trabalham em torno de um sistema baseado em metas, que é o mecanismo central subjacente à casualização, à intensificação e ao absentismo do trabalho. A Figura 1 apresenta um resumo das questões-chave da remuneração e das condições de trabalho que caracterizam a(s) experiência(s) de trabalho reportada(s) nas entrevistas. A força de trabalho é dominada por homens, nas plantações florestais, e por mulheres, na indústria do caju. Nas empresas florestais estudadas, mulheres e homens realizam quase o mesmo tipo de trabalho, exceptuando algumas actividades normalmente realizadas por homens, tais como o abate de árvores, desbravamento e limpeza de campos; alguns homens também realizam tipos de trabalho que são tipicamente considerados trabalho de mulheres, como nos viveiros. Nas empresas de processamento de caju, a maior parte dos processos produtivos são tratados por mulheres, que são predominantes nos processos de descasque e selecção; os homens concentram-se principalmente em operações de maquinaria, armazenamento e embalagem.

FIGURA 1. QUESTÕES-CHAVE NO SISTEMA E CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO



Fonte: Autoras, com base em entrevistas com trabalhadores das plantações florestais e do processamento do caju, Gaza (2014-16) e Niassa (2018-19)

Como mostra a Figura 1, o tipo de emprego criado pelas agro-indústrias é dominado por baixa qualidade ao longo de três dimensões fundamentais: (i) trabalho irregular e instável; (ii) baixos salários; e (iii) condições sociais de trabalho precárias e inseguras.

TRABALHO IRREGULAR E INSTÁVEL

O emprego na agro-indústria é, na sua maioria, casual. A irregularidade do trabalho reflecte a organização da produção e o tipo de investimento feito nos seus processos. As duas agro-indústrias são intensivas em força de trabalho, embora alguns processos produtivos sejam (semi-) mecanizados e adoptem um sistema de produção predominantemente baseado em metas. O sistema contratual é impreciso e pouco claro. Por exemplo, na indústria de processamento do caju, algumas fábricas fornecem um tipo de contrato escrito vago, classificado como “tempo incerto” e como “vários serviços”, enquanto outros empregadores recrutam a força de trabalho informalmente, sem contratos escritos. Com efeito, na mesma fábrica, pode ser encontrado um misto de trabalhadores - com e sem contratos escritos. Nas plantações florestais, a maioria dos trabalhadores no campo não possuem contratos escritos e são subcontratados, e os que têm, são contratos temporários (máximo de três meses). No entanto, um contrato escrito não garante a estabilidade do trabalho nem é garantia de salário, devido a mecanismos perversos que são detalhados na secção que se segue. Os contratos precários e/ou a sua aplicação traduzem-se numa força de trabalho muito fluida, onde os trabalhadores que constam do registo de uma empresa não correspondem necessariamente aos que se encontram no local

de trabalho num determinado dia. Isto acontece porque os trabalhadores podem faltar, o que se reflecte em elevados índices de absentismo, especialmente na indústria de processamento do caju (Mishra & Martin, 2017), e/ou porque outros trabalhadores podem ser admitidos a trabalhar numa base informal.

SALÁRIOS BAIXOS

A estrutura de emprego é polarizada, com alguns trabalhadores considerados qualificados que são relativamente bem pagos, e a maioria considerados trabalhadores não qualificados temporários e com salários baixos. A maioria dos trabalhadores é remunerada abaixo do salário mínimo legal (apresentado no Gráfico 3). Esta é uma componente-chave de descontentamento salientada por diferentes trabalhadores (eventuais/permanentes, do sexo feminino/masculino) em ambas as agro-indústrias. A intensificação do trabalho, aplicada através da imposição de metas de produção muito elevadas, é motivo de grande preocupação, tanto para os trabalhadores das plantações florestais como para os trabalhadores do processamento de caju, os quais devem atingir a meta diária de produção para poderem receber o salário mínimo. Por exemplo, cerca de 78% dos trabalhadores casuais de uma empresa florestal estudada são pagos abaixo do salário mínimo legal do sector. Uma série de actividades (por exemplo, plantação) que antes eram realizadas por mais de um trabalhador, são agora realizadas por um único trabalhador. Além disso, mais de 90% dos trabalhadores entrevistados manifestaram preocupação com a falta de conhecimento sobre a forma como os salários são calculados, tal como referido por um trabalhador florestal:

Tenho de ficar na floresta até escurecer... Não consegui cavar 300 covas com uma picareta e por isso não sei se vou receber o salário, marcam-me falta, mas vou trabalhar e faço o mesmo trabalho... Gostaria de saber quanto devo receber por cada cova que abro! (Entrevista com o trabalhador permanente florestal A, Litunde, a 11 de Dezembro de 2014)

No processamento do caju, uma trabalhadora da secção *scooping* referiu:

Um dos maiores problemas é que a pessoa trabalha durante dois dias e acaba sendo pago por apenas um, porque não consegue cumprir as metas... muitos trabalhadores acabam recebendo apenas MZN 3000–3500 por mês... [mas no contrato constam MZN 4300]. Se um trabalhador reclamar, pode ser despedido (Entrevista com a operária B do sector do caju, a 1 de Maio de 2019)

Além do acima exposto, no processamento do caju, os trabalhadores que são pagos com base na sua presença no trabalho só receberiam o salário mínimo se trabalhassem todos os dias do mês, incluindo feriados e domingos.

CONDIÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO INSEGURAS E PRECÁRIAS

A organização da produção agro-industrial não oferece aos trabalhadores as condições sociais para uma vida condigna.

Primeiro, as horas de trabalho são frequentemente muito longas. A maioria dos trabalhadores referiu pressão sobre o tempo disponível para fazer actividades complementares, embora as mulheres tenham referido mais pressão sobre o tempo disponível para fazer trabalhos domésticos do que os homens. Por exemplo, em algumas indústrias do caju, os trabalhadores que são pagos num sistema baseado em tarefas, na sua maioria mulheres, começam a trabalhar às 6h–6h30 da manhã, mas o fim do dia de trabalho é incerto, dependendo da rapidez com que conseguem acabar a sua carga diária de trabalho. A sua jornada de trabalho pode durar até 10–12 horas, embora o contrato estabeleça 8 horas por dia. Esta é uma preocupação para a maioria dos trabalhadores, pois além do cansaço, cria dificuldades no regresso a casa quando já está escuro e o transporte é menos frequente, além de que muitos não têm meios para custeá-lo. Note-se que devido à composição da força de trabalho e da divisão do trabalho em função das relações de género, existem barreiras específicas para as trabalhadoras, cujo tempo para cuidar dos filhos e fazer trabalho doméstico é reduzido significativamente.

Em segundo lugar, o equipamento e as ferramentas são inadequados. Nas indústrias do caju, devido à substância corrosiva contida na casca da castanha de caju, é essencial que os operários que manuseiam a casca (por exemplo, descascar, recolher) usem luvas. Os trabalhadores referiram que os empregadores não substituíam as luvas (que duram 4–5 dias) quando era necessário. Além disso, os uniformes devem proteger os trabalhadores dos perigos do seu trabalho, mas em alguns casos, tal não acontece e alguns trabalhadores ficam com os punhos e os tornozelos expostos ao contacto com a substância corrosiva, que produz queimaduras. Nas plantações florestais, os trabalhadores referiram problemas com a ferramenta, assim como a necessidade de um maior esforço – por exemplo:

Este trabalho aqui é muito duro... os salários não chegam para nada... é difícil atingir a meta... é difícil usar uma picareta... Isto é sofrimento, não é trabalho, até parece que é Xibalo! [termo que significa trabalho forçado sob domínio colonial]... Quando tentei reclamar em relação à picareta, o chefe X respondeu: «Não falo com matéria-prima»... Há outros que também não gostam das condições, mas por causa do sofrimento da vida, temos de aceitar. (Entrevista com o trabalhador ocasional C, Chimbonila, 13 de Dezembro de 2014 [também citado em Ali, 2020b, p. 592])

Em terceiro lugar, as refeições são repetitivas e as pausas para o descanso curtas. Nas plantações florestais, devido à intensificação do trabalho, com longos dias de trabalho, o tempo dos trabalhadores de campo para o descanso e para preparar e ter refeições é limitado. Por essa

razão, fazem refeições rápidas, baratas e não diversificadas; alguns deles, tanto homens como mulheres, organizam-se em grupos para preparar os alimentos rapidamente, com rotatividade na preparação dos alimentos, o que também lhes permite minimizar os custos com comida. Alguns empregadores da indústria do caju seguem a prática de fornecer refeições aos trabalhadores - pequeno-almoço e almoço. Embora a maioria dos trabalhadores expressasse apreço por esta prática, lamentaram também que as refeições sejam repetitivas e as pausas sejam demasiado curtas.

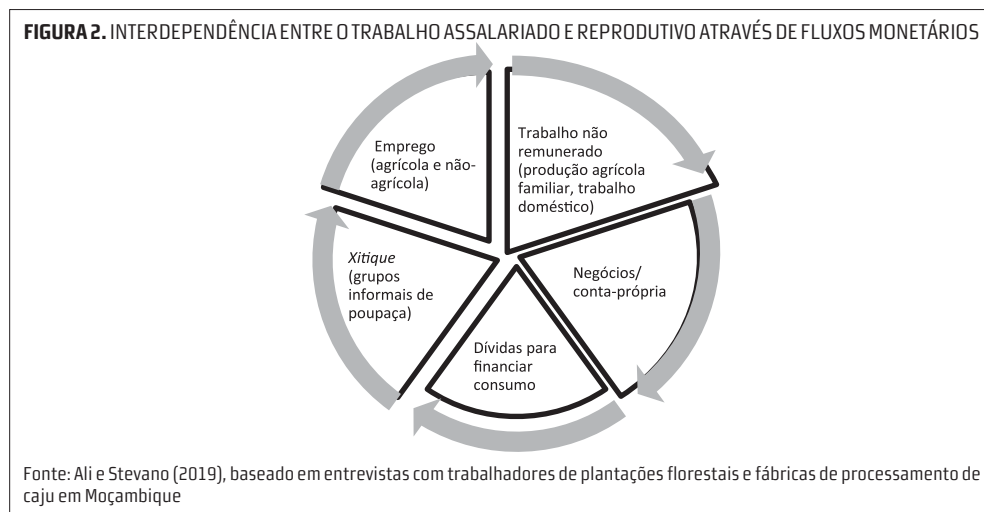
Em quarto lugar, existe uma falta de clareza geral sobre os direitos à segurança social. Contudo, em ambas as agro-indústrias analisadas, enquanto a maioria dos trabalhadores tem os seus salários deduzidos mensalmente para contribuições no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), a maioria deles não tem acesso a nenhum benefício social ou, pelo menos, não estão esclarecidos sobre as razões pelas quais os seus salários estão sujeitos a esta dedução. É o caso tanto das mulheres como dos homens que trabalham nos campos das plantações florestais com contratos temporários e das fábricas de processamento de caju com contratos por “tempo incerto”. Estes trabalhadores não estão esclarecidos sobre como são calculados os benefícios no seu sistema contratual.

Em quinto lugar, a organização dos trabalhadores e a negociação colectiva são fragmentadas. Socialmente diferenciados, os trabalhadores agro-industriais têm um fraco poder de negociação. As relações entre trabalhadores e sindicatos são fracas; alguns trabalhadores nem sequer conhecem o seu representante sindical. A casualização e a elevada rotatividade limitam a organização de grupos heterogéneos de trabalhadores, embora tal organização seja um elemento central para as possibilidades de negociação. Por outro lado, os sindicatos limitam-se às questões laborais dentro do ponto de produção/unidade produtiva convencional ou às lutas sobre o salário mínimo nominal, descurando a organização e as condições sociais do trabalho mais amplamente, assim como a reprodução fora da “unidade de produção”, que são inter-relacionadas/dependentes nestas esferas, conforme se analisa na subsecção seguinte. Por último, a transformação das estruturas produtivas agro-industriais com vista a mudar o emprego de baixa qualidade para empregos estáveis, seguros e dignos é crucial para melhorar as condições de vida através da criação de emprego e para permitir alguns canais de redistribuição da riqueza. As medidas apresentadas a seguir são imperativas: garantir que um dia de trabalho efectivo seja registado e efectivamente pago; criar melhores condições de trabalho (por exemplo, reduzindo longas jornadas de trabalho, reforçando os sistemas contratuais, fornecendo equipamento e ferramentas apropriados e fazendo-o com celeridade, assegurando a saúde e a segurança e promovendo um ambiente de trabalho digno); equiparar as contribuições da segurança social aos benefícios; e melhorar a representação dos trabalhadores e a organização colectiva.

INTERDEPENDÊNCIA ENTRE O TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO E SUAS INTERSECÇÕES

A irregularidade, a instabilidade e as más condições de trabalho levam os trabalhadores a realizar trabalhos complementares, remunerados ou não remunerados, agrícolas e não agrícolas. Esta prática permite o sustento da força de trabalho e a sua disponibilidade a um baixo custo para o capital. Os trabalhadores socialmente diferenciados das indústrias de processamento do caju e das plantações florestais referiram que procuram, de forma diferenciada, outras formas de trabalho, tais como o biscate ou ganho-ganho (trabalho assalariado casual à tarefa), fazer pequenos negócios por conta própria e a produção agrícola familiar para consumo próprio e/ou venda.

A natureza interdependente de várias formas de trabalho, de práticas de poupança e de gestão de dívidas, na qual está incorporado o trabalho assalariado diferenciado na agro-indústria, é apresentada na Figura 2 (Ali & Stevano, 2019).



Destas inter-relações emergem duas percepções importantes: (i) o trabalho assalariado na agro-indústria não pode ser compreendido isoladamente de outros tipos de trabalho e de fluxos de dinheiro; e (ii) uma crise numa destas esferas desencadeia efeitos sobre outras, com impacto no bem-estar individual e familiar. Um exemplo é dado pelas crises que se desencadearam nos primeiros anos após a independência de Moçambique (1975–1977), quando a crise do trabalho assalariado esteve na origem de uma crise na produção alimentar familiar que, por sua vez, exacerbou a crise do trabalho assalariado devido ao fraco poder de compra dos trabalhadores assalariados (O’Laughlin, 1981).

O trabalho assalariado e o não assalariado (incluindo a produção agrícola familiar e o trabalho doméstico) continuam a ser interdependentes, uma vez que garantem uma força de trabalho

barata. Além disso, os rendimentos do trabalho assalariado da agro-indústria podem permitir aos trabalhadores: (i) adquirir bens e serviços básicos; (ii) ter uma base de investimento (em actividades alternativas, incluindo na sua própria produção agrícola); (iii) libertar parcialmente a produção alimentar para o mercado e (iv) responder a choques. A produção familiar subsidia os baixos salários, alimentando a força de trabalho, especialmente em períodos de escassez de emprego. Do mesmo modo, os salários permitem o financiamento de pequenos negócios, que por sua vez subsidiam os salários baixos e irregulares. Grupos informais de poupança, como o *Xitique*³, fornecem uma rede de segurança social em caso de eventos inesperados (tais como acidentes, incêndios, mortes ou cheias).

Um aspecto notável é que muitos trabalhadores entrevistados em ambos os subsectores, especialmente os que possuíam contratos temporários, assinalaram que dados os baixos salários reais, recorrem à dívida ou a pedidos de empréstimo de dinheiro aos vizinhos, amigos, colegas, lojas locais e ao seu empregador para comprar bens e serviços básicos. Alguns trabalhadores parecem estar presos em ciclos de dívidas e o salário auferido serve o objectivo principal de pagar as dívidas acumuladas anteriormente. Alguns trabalhadores da plantação florestal em Naconda e em Mussa (Niassa) manifestaram frustração e preocupação em relação à necessidade de pagar as suas dívidas: «estamos a trabalhar para pagar dívidas»⁴ e «estou cansado de trabalhar para pagar dívidas»⁵. Do mesmo modo, uma operária da fábrica de processamento de caju com um contrato por tempo incerto explicou que no mês anterior à entrevista, teve de comprar roupa para o seu filho, panelas e uma capulana (roupa usada pelas mulheres) a crédito e depois usou o seu salário para pagar as dívidas contraídas.⁶ Outros trabalhadores disseram que não tinham qualquer dívida, porque tinham medo de acumular dívidas, pois não sabiam se conseguiriam pagá-las. Estas dinâmicas de endividamento são agravadas pela falta de empregos estáveis e os altos custos de vida.

Ademais, os baixos salários e as longas horas de trabalho num contexto de fraca provisão pública de bens e serviços básicos dão origem a mecanismos de resistência como o absentismo (que é elevado em muitas agro-indústrias) ou a sabotagem da produção para cumprir metas. Isto tem implicações para a produtividade e qualidade da produção. Por exemplo, nas plantações florestais, vários trabalhadores enfrentam uma sobreposição entre trabalho assalariado e produção agrícola familiar, especialmente na estação chuvosa, que é o período de pico, no plantio, nas plantações florestais e também o momento em que as sementes são lançadas nos campos dos trabalhadores. A falta de tempo dos trabalhadores é agravada pelo rendimento insuficiente para subcontratação de outros trabalhadores, remunerados por dia, para trabalharem nos seus campos.

³ *Xitique* é um termo local que significa “poupança” para grupos informais de poupança e crédito rotativo com base na confiança mútua.

⁴ Entrevista ao trabalhador da plantação D., em Naconda, a 11 de Dezembro de 2014.

⁵ Entrevista ao antigo trabalhador da plantação E., em Chimbonila, Mussa, a 13 de Dezembro de 2014.

⁶ Entrevista ao trabalhador da fábrica de processamento de caju F., a 9 de Novembro de 2019.

Por outro lado, existe outra tensão entre os postos de trabalho criados e a destruição dos meios e modos de vida. Por exemplo, algumas áreas de produção agrícola familiar no Niassa foram concedidas às agro-indústrias, mas por um lado, sem proporcionar emprego estável e seguro e, por outro lado, tendo destruído a base existente de produção de alimentos, de rendimentos complementares e de consumo. A expropriação de terras e o (sub)desemprego inibem os trabalhadores e as suas famílias de desenvolverem actividades complementares, a fim de compensar as condições precárias de trabalho, com impacto na reprodução social da força de trabalho.

Deste modo, a natureza interligada do trabalho e a reprodução social, no contexto de meios de subsistência precários e de provisão mínima de serviços públicos, fazem com que a separação entre a produção e a reprodução seja quase invisível. Os imperativos da reprodução social moldam os ritmos de emprego na agro-indústria e a ampla organização do trabalho e vice-versa.

(CUSTOS ELEVADOS DE) REPRODUÇÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÓMICA: ALGUMAS QUESTÕES E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

As condições de emprego são parte integrante dos padrões mais amplos do modo de produção prevalente em Moçambique. O capital ainda detém o acesso e controlo a baixo custo sobre os recursos e uma força de trabalho semi-proletarizada, mal remunerada, descartável, mal-organizada e com baixo poder de negociação.

A incapacidade de a economia de proporcionar emprego de qualidade e acesso a bens e serviços básicos, indispensáveis à reprodução da vida humana e da força de trabalho, agrava a precariedade do trabalho e a fragmentação dos modos de vida. A pandemia da covid-19 tem vindo a exacerbar as crises existentes na organização do trabalho e o (sub)desemprego enraizado na crise estrutural do capitalismo. O desemprego tem vindo a aumentar: cerca de 75% das empresas agrícolas foram afectadas e cerca de 10% delas não pagavam salários na íntegra aos seus trabalhadores e esperavam reduzir o seu número de trabalhadores em cerca de 27% (INE, 2020b). Respostas redistributivas são necessárias e a transformação socioeconómica é crucial para reduzir os elevados custos de reprodução social suportados pelos trabalhadores e reverter a posição residual de Moçambique nas cadeias globais de valor, que têm perpetuado as relações sociais de exploração, alienação e expropriação. A provisão de bens e serviços básicos de consumo é fulcral, especialmente a alimentação de qualidade e a baixo custo, o que pode aumentar os salários reais na sociedade, enquanto cria uma força de trabalho competitiva e com melhores condições de vida. Isto implica, pelo menos, repensar duas componentes interligadas. A primeira é o tipo de economia, reavaliando o que a economia produz, como e para quê; quem produz; quem beneficia; e como o valor produzido é distribuído. O segundo é o sistema

de provisão, que transcende o sistema de produção e implica repensar a circulação, o acesso e as relações sociais produtivas. Além da provisão de serviços públicos, é necessário assegurar o pagamento de pensões, subsídios de desemprego, subsídios de invalidez, contributivos e não contributivos, e subsídios de protecção social nos cuidados de saúde (por exemplo, licença por doença paga), complementada por um rendimento básico universal para grupos socialmente diferenciados (as opções redistributivas são discutidas mais adiante por Castel-Branco (2020), Ghosh (2019) e Standing (2020). Por outras palavras, é necessário agir para enfrentar a crise de reprodução social em curso em Moçambique.

CONCLUSÕES

Seguindo uma abordagem de economia política informada por uma perspectiva de reprodução social, analisámos as contradições entre a criação de emprego e a qualidade do emprego no sistema social de acumulação em Moçambique. A estrutura económica extractiva prevalente tem sido incapaz de gerar trabalho e salário estáveis e condições sociais essenciais para uma vida condigna. Uma abordagem de reprodução social permite-nos ver as interligações e a interdependência entre trabalho assalariado e não assalariado, que são particularmente importantes no contexto de emprego casual mal pago, elevada rotatividade da força de trabalho e fraca provisão de serviços públicos, em que a agro-indústria rural e periurbana é um exemplo de destaque. Estes padrões e dinâmicas são negligenciados na visão dominante dos mercados de trabalho, que é dominada por dualismos, dicotomias e lacunas que descuram as dinâmicas vitais da reprodução social. O trabalho não assalariado é excluído desta visão dominante, apesar do seu papel historicamente central na reprodução social, subsidiando o trabalho mal remunerado, na sua maioria, em modalidades informais/casuais.

Argumenta-se que existe uma contradição entre a criação de emprego e a qualidade do emprego no sistema social de acumulação em Moçambique, tal como evidenciado pelas condições sociais do trabalho na agro-indústria. O tipo de emprego reflecte o modo predominante de organização da produção e do trabalho, em que a rendibilidade das empresas depende do trabalho disponível, mal remunerado, descartável e inseguro. A disponibilidade da força de trabalho depende, de um modo geral, da capacidade dos trabalhadores para sustentar a reprodução das suas condições sociais essenciais através de uma diversidade de trabalho (pago e não pago) interligado e, na sua maioria, desenvolvido em condições precárias.

A (re)organização do trabalho e a negociação colectiva em prol de melhores condições de trabalho no País dependem da relação conflituosa entre os trabalhadores, o Estado e o capital. A transformação socioeconómica, em particular, no que diz respeito aos elementos dessa relação conflituosa, é fundamental para redistribuir o encargo dos elevados custos de reprodução social suportados pelos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- Aksoy, M. A., & Yagci, F. (2012). Mozambique Cashew Reforms Revisited. *Policy Research working paper, no. WPS 5939*. World Bank.
- Ali, R. (2020a). Desafios e Contradições para uma Abordagem sobre Trabalho e Emprego em Moçambique. In S. Forquilha (Ed.). *Desafios para Moçambique 2020* (pp. 235–279). Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
- Ali, R. (2020b). Job Creation and Social Conditions of Labor in the Forestry Agro-Industry in Mozambique. In E. S. Osabuohien (Ed.). *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa*, pp. 592–631. Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-41513-6_26.
- Ali, R. (2017). Mercados de Trabalho Rurais: Porque são negligenciados nas políticas de emprego, pobreza e desenvolvimento em Moçambique? In R. Ali, C. N. Castel-Branco, & C. Muianga (Eds.). *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique* (pp. 63–86). IESE.
- Ali, R., & Stevano, S. (2019). Work in the Agro-industry, Livelihoods and Social Reproduction in Mozambique: Beyond Job Creation. *Boletim IDELAS, Nº 121e*. IESE.
- Bernstein, H. (2010). *Class Dynamics of Agrarian Change (Agrarian Change and Peasant Studies Series)*. A Kumarian Press Book. <https://www.amazon.com/Dynamics-Agrarian-Change-Peasant-Studies/dp/1565493567>.
- Mais um golpe na economia: OLAM anuncia encerramento de fábricas de processamento de castanha de caju. (2021). *Carta de Moçambique*. <https://cartamz.com/index.php/politica/item/7205-mais-um-golpe-na-economia-olam-anuncia-encerramento-de-fabricas-de-processamento-de-castanha-de-caju> [Consultado a 22 de Maio de 2021].
- Castel-Branco, C. N. (2017). Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In L. de Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, & A. Francisco (Eds.). *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 99–164). IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41 (sup1), S26–S48.
- Castel-Branco, C. N. (1994). Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário. In C. N. Castel-Branco (Ed.). *Moçambique Perspectivas Económicas*, Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert.
- Castel-Branco, R. (2020). *O trabalho e a protecção social num contexto de estado de emergência em Moçambique*, Boletim n.º 125. IESE.

- Cousins, B., Dubb, A., Hornby, D., & Mtero, F. (2018). Social reproduction of 'classes of labour' in the rural areas of South Africa: contradictions and contestations. *The Journal of Peasant Studies*, 45(5–6), 1060–1085.
- Cramer, C. (1999). *Can Africa industrialize by processing primary commodities? The case of Mozambican cashew nuts*.
- Cramer, C., Oya, C., & Sender, J. (2008). Lifting the blinkers: a new view of power, diversity and poverty in Mozambican rural labour markets. *The Journal of Modern African Studies*, 361–392.
- Elster, J. (1986). *Karl Marx: A Reader*. Press Syndicate of the University of Cambridge.
- Fraser, N. (2017). Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In T. Bhattacharya (Ed.). *Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression* (pp. 21–36). Pluto Press.
- Governo de Moçambique [GdM] (2015). *Programa Quinquenal do Governo 2015-2019*. Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 14 de Abril de 2015.
- Governo de Moçambique [GdM] (2020). *Programa Quinquenal do Governo 2020-2024*. Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Ghosh, J. (2019). 'Minimum Income' in India Must Come Through Jobs, Public Services and Pensions. *The Wire*. <https://thewire.in/political-economy/minimum-income-in-india-must-come-through-jobs-public-services-and-pensions>.
- Hanlon, J. (30 April 2018). *Minimum wage & exchange rate supplement*. *Mozambique News reports & clippings*. 409. http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Mozambique_409-wage_%26_exchange_rate_supplement_2018.pdf.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2020a). *Várias séries do PIB, 2000-2019*.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2009). *III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007*.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2016). *Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF-2014-15. Relatório Final*.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2019). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. Divulgação dos Resultados Preliminares*. GPHC.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2020b). *Resultados do inquérito sobre o impacto da Covid-19 nas empresas*.
- Katz, C. (2001). Vagabond capitalism and the necessity of social reproduction. *Antipode*, 33(4), 709–728.
- Laslett, B., & Brenner, J. (1989). Gender and social reproduction: Historical perspectives. *Annual review of sociology*. 15(1), 381–404.

- Leite, J.P. (1999). A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial. *Documentos de Trabalho*, no. 57-1999. Lisbon School of Economics & Management (ISEG), Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA).
- Mambo, F., Paris, Y., Salvucci, V., & Santos, R. (2018). *Simulating the effect on households' real consumption and poverty of the increase in prices that followed the 2015–16 economic crisis in Mozambique*.
- Marx, K. (1976). *Capital A Critique of Political Economy*. Penguin Books.
- McMillan, M., Rodrik, D., & Welch, K.H. (2002). When Economic Reform Goes Wrong: Cashews in Mozambique. *Working Papers*, no. 9117. National Bureau of Economic Research.
- Ministério da Agricultura [MINAG] (2015). Plantações florestais em Moçambique: Desafios. Maputo, Ministério da Agricultura.
- Mishra & Martin (2017). Mozambican cashew industry analysis. Technoserve.
- Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique [MITESS] (Vários). *Boletim de Estatísticas do Trabalho - 2015*.
- Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social de Moçambique [MITESS] (2016). *Política de Emprego 'Promovendo mais e melhores empregos em Moçambique'*.
- MozaCajú (2017). *MozaCajú Impact Report*.
- Muianga, C., Ali, R., Ibraimo, Y., & Langa, E. (2018). Salário Mínimo e Custo de Vida em Moçambique. *Boletim IDELAS*, No 104. <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/09/ideias-104.pdf>.
- O'Laughlin, B. (1981). A Questão Agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos* (3), pp.9–32.
- O'Laughlin, B. (2017). Produtividade agrícola, planeamento e a cultura do trabalho em Moçambique. In: *Emprego e transformação económica e social em Moçambique* (pp. 35–62). IESE. http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Emprego_e_Transf_Econ_Social_-_Livro.pdf.
- O'Laughlin, B. (2002). Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 28(3), 511–530. <http://doi.org/10.1080/0305707022000006495>.
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 24(3), 1–39.
- Oya, C. & Sender, J. (2009). Divorced, separated, and widowed women workers in rural Mozambique. *Feminist Economics*, 15(2), 1–31.
- Rao, S. (2021). Beyond the Coronavirus: Understanding Crises of Social Reproduction. *Global Labour Journal*, 12(1).

- Standing, G. (2020). *Battling Eight Giants: Basic Income Now*. Bloomsbury, 2020.
- Stevano, S. (2021). Classes of working women in Mozambique: an integrated framework to understand working lives. *Review of International Political Economy*, 1–23.
- Stevano, S. (2019). The limits of instrumentalism: Informal work and gendered cycles of food insecurity in Mozambique. *The Journal of Development Studies*, 55(1), 83–98.
- Stevano, S., Ali, R., & Jamieson, M. (2020). Essential for what? A global social reproduction view on the re-organisation of work during the COVID-19 pandemic. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*. <https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1834362>.
- Sutton, J. (2014). *An Enterprise Map of Mozambique*. IGC.
- World Bank (2012). *World Development Report 2013: Jobs*. World Bank.
- World Bank (2019). *World Development Report 2019: The Changing Nature of Work*. *World Development Report*. World Bank. <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019>.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. CEA, UEM.